

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião dos Ministros da Economia e das Finanças da União Europeia</p> <p>7 de dezembro de 2021</p>	<p>Do debate ocorrido na reunião dos ministros da economia e das finanças da União Europeia de 7 de dezembro de 2021 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxas de IVA - Os ministros chegaram a acordo sobre uma proposta de diretiva que altera a Diretiva 2006/112/EC (Diretiva IVA), atualizando as regras relativas às taxas do IVA. As alterações introduzidas visam modernizar a lista de bens e serviços para os quais são permitidas taxas reduzidas de IVA, tendo em conta a digitalização da economia, bem como garantir um tratamento igual dos estados-membros e permitir maior flexibilidade para a aplicação de taxas reduzidas e de taxas zero de IVA. Preveem, ainda, a eliminação progressiva, até 1 de janeiro de 2030, do tratamento preferencial atribuído a produtos nocivos para o ambiente, introduzindo tal possibilidade de tratamento a bens e serviços respeitadores do ambiente, tais como painéis solares, bicicletas elétricas e serviços de reciclagem de resíduos. ▪ União dos Mercados de Capitais - Os ministros da economia e das finanças da UE procederam a uma primeira troca de pontos de vista sobre as propostas legislativas no domínio da União dos Mercados de Capitais (UMC), apresentadas pela Comissão em 25 de novembro. Esta pacote é composto por sete legislações setoriais, que podem ser agrupadas em quatro blocos legislativos diferentes: a revisão da Diretiva Gestores de Fundos de Investimento Alternativos (DGFIA); a revisão do Regulamento relativo aos Fundos Europeus de Investimento a Longo Prazo (FEILP); O ponto de acesso único europeu (PAUE); e a revisão do Regulamento Mercados de Instrumentos Financeiros (MiFIR). O objetivo do pacote legislativo consiste em ligar melhor as empresas da UE aos investidores e melhorar o seu acesso ao financiamento, bem como em alargar as oportunidades de investimento para os investidores não profissionais e reforçar a integração dos mercados de capitais. ▪ Combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo - Os ministros tomaram conhecimento do relatório de progresso da Presidência sobre a negociação do pacote legislativo na área da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (AML/CFT, sigla em inglês). Apresentado pela Comissão Europeia, em 20 de julho de 2021, com o objetivo de fortalecer o enquadramento normativo da UE neste domínio, o pacote é constituído por quatro diplomas legislativos – uma diretiva e três regulamentos – e visa essencialmente a definição de um "single rule book" e a criação de uma autoridade a nível europeu para as questões de supervisão AML/CFT – a AMLA -, procedendo adicionalmente à reformulação do regulamento relativo às informações que acompanham as transferências de fundos (Regulamento 2015/847/UE), passando a incluir também transferências de certos criptoativos. A negociação avançou significativamente no que diz respeito a este último regulamento, tendo a proposta final de compromisso apresentada pela Presidência colhido o apoio generalizado dos estados-membros, pelo que foi submetida a COREPER no dia 1 de dezembro, onde foi obtido acordo sobre um mandato para iniciar negociações com o Parlamento Europeu. ▪ Mecanismo de Recuperação e Resiliência – No seguimento do debate relativo à implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), a Comissão Europeia apresentou aos ministros o ponto de situação relativo aos planos de recuperação e resiliência já submetidos pelos estados-membros à Comissão Europeia, e

respetivas avaliações, em particular dos restantes planos de recuperação e resiliência ainda em curso. A Comissão Europeia realçou igualmente as Decisões de Implementação já adotadas pelo Conselho da União Europeia, os desembolsos de pré-financiamento já executados, o primeiro pedido de desembolso submetido, por parte de Espanha, bem como a respetiva primeira avaliação preliminar da Comissão. A Comissão reforçou também as oportunidades e desafios do Semestre Europeu, as lições que devem ser retiradas deste Mecanismo e os próximos passos. A Comissão notou igualmente o processo integrado, entre o Semestre Europeu e o Mecanismo para o ano de 2022.

- **Semestre Europeu 2022** – No âmbito do Semestre Europeu de 2022, os ministros debateram a Análise Anual do Crescimento Sustentável (AACs) para 2022, o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta (RMA) para 2022 e a Recomendação sobre a política económica da área do euro. Estes documentos, publicados no dia 24 de novembro de 2021 no âmbito do pacote de outono da Comissão Europeia, incluem prioridades ao nível da coordenação da política económica da UE e da área do euro, incluindo os desafios emergentes para a União, a necessidade de colmatar os desequilíbrios macroeconómicos e a importância de responder às necessidades orçamentais, financeiras e estruturais da área do euro no curto-prazo. O Conselho ECOFIN voltará a esta discussão na sua reunião de janeiro de 2022, no contexto da aprovação das conclusões relativas ao AACs e RMA de 2022.
- **Relatório Anual do Conselho Orçamental Europeu** - Os ministros debateram o relatório anual do Conselho Orçamental Europeu, que foi publicado no dia 10 de novembro de 2021. Este relatório inclui uma análise da implementação do quadro de governação económica da União Europeia, nomeadamente da supervisão orçamental, durante o ano de 2020, no âmbito da pandemia de COVID-19 e, em particular, da ativação da cláusula de derrogação geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento. O relatório realça também a importância da revisão, já em curso, do quadro de governação económica da União Europeia e recorda as propostas elencadas anteriormente pelo Conselho Orçamental Europeu, tal como vertidas em anteriores relatórios anuais, para garantir a sua simplificação, transparência e efetividade.
- **Grupo do Código de Conduta (Fiscalidade das Empresas)** - Os ministros aprovaram as conclusões do Conselho sobre os progressos alcançados pelo Grupo do Código de Conduta (Fiscalidade das Empresas) durante a Presidência eslovena, em especial no que diz respeito à revisão, em outubro de 2021, da lista da UE de jurisdições não cooperantes em matéria fiscal e à reforma do Código de Conduta. Aprovaram, ainda, o relatório do Grupo do Código de Conduta dirigido ao Conselho.

Destaca-se também, no domínio dos serviços financeiros:

- a adoção pelo COREPER no dia 21 de dezembro do acordo previamente alcançado com o Parlamento Europeu no dia 24 de novembro de um Regulamento relativo a um regime-piloto para as infraestruturas de mercado baseadas na tecnologia de registo distribuído (DLT);
- ter terminado no dia 8 de dezembro o prazo para objeção ao Ato delegado da taxonomia da UE, que define os requisitos técnicos a que as atividades económicas têm de obedecer para se determinar se contribuem substancialmente para a mitigação e/ou adaptação às alterações climáticas, sem que tenha havido objeção por parte do Conselho ou do Parlamento Europeu, pelo que entrará em vigor a 1 de janeiro de 2022.

Iniciativa	Sumário
Terminal Ferroviário da Guarda – APDL, S. A. Conselho de Ministros de 29 de dezembro de 2021	Aprovou o decreto-lei que transfere para a APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A. a gestão do Terminal Ferroviário da Guarda.
Contratos fiscais de investimento – Projetos com particular interesse para a economia nacional Conselho de Ministros de 29 de dezembro de 2021	Aprovou as minutas referentes a 26 contratos fiscais de investimento, a celebrar entre o Estado Português e várias sociedades comerciais, para o desenvolvimento de projetos com particular interesse para a economia nacional, representando um investimento global superior a 936 milhões de euros, a criação de 1886 novos postos de trabalho até 2027 e a manutenção dos atuais 9442 empregos. Abrange projetos de investimento produtivo, distribuídos pelo território e com forte representação da indústria transformadora.
Subsídio Social de Mobilidade para as Regiões Autónomas Conselho de Ministros de 29 de dezembro de 2021	Aprovou o decreto-lei que suspende a vigência da Lei n.º 105/2019, de 6 de setembro, e repristina o Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho, no âmbito do modelo de atribuição do Subsídio Social de Mobilidade para as Regiões Autónomas.
Financiamento do Estado até ao novo Orçamento do Estado – IGCP Conselho de Ministros de 23 de dezembro de 2021	Aprovou a resolução que autoriza a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., a emitir e contratar dívida pública fundada, de forma a assegurar o regular financiamento do Estado até ao novo Orçamento do Estado.
Transparência financeira dos portos – Legislação comunitária Conselho de Ministros de 16 de dezembro de 2021	Aprovou o decreto-lei que assegura a execução, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2017/352, do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece o regime da prestação de serviços portuários e regras comuns relativas à transparência financeira dos portos.
Execução orçamental – Orçamento do Estado para 2022 Conselho de Ministros de 16 de dezembro de 2021	Aprovou o regime transitório de execução orçamental que vigorará até à entrada em vigor do Orçamento do Estado para o ano de 2022.
Concessão Metro-Mondego, S.A. Conselho de Ministros de 9 de dezembro de 2021	Aprovou o decreto-lei que altera as bases da concessão do Estado à Metro-Mondego, S.A..
Empréstimos participativos Conselho de Ministros de 9 de dezembro de 2021	Aprovou o decreto-lei que aprova o regime jurídico dos empréstimos participativos, uma figura inovadora no regime nacional, que estabelece que a remuneração corresponde a uma participação nos resultados do mutuário e atribui ao mutuário o direito de conversão dos créditos em capital, verificadas as condições previstas na lei e no contrato de empréstimo.
Fundo de Contragarantia Mútuo (Fundo) – Sociedades de Garantia Mútua (SGM) Conselho de Ministros de 9 de dezembro de 2021	A alterados os regimes jurídicos do Fundo de Contragarantia Mútuo (Fundo) e das Sociedades de Garantia Mútua (SGM), no sentido da atualização de diplomas, que impunham uma estrutura pesada na atividade de concessão de garantias.

Iniciativa	Sumário
Competitividade e Capacidade Produtivas Conselho de Ministros de 9 de dezembro de 2021	Aprovou o decreto-lei que altera o Sistema de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidade Produtivas, encurtando o prazo durante o qual devem ser mantidos os investimentos realizados neste âmbito.
Centros de Tecnologia e Inovação (CTI) – PRR Conselho de Ministros de 9 de dezembro de 2021	Aprovou o decreto-lei que estabelece o regime jurídico dos Centros de Tecnologia e Inovação (CTI), regulando o seu processo de reconhecimento, os princípios gerais da sua atividade, os métodos de avaliação e o modelo de financiamento e de entidades que atuam no espaço intermédio do sistema de inovação, orientado para as empresas e para a criação de valor económico, contribuindo para a prossecução de objetivos de política pública.
Dissolução da Assembleia da República Decreto do Presidente da República n.º 91/2021 - Diário da República n.º 234-B/2021, Série I de 2021-12-05	Dissolve a Assembleia da República.
Empresas de Investimento – Transposição de Diretivas – Sustentabilidade de produtos financeiros Conselho de Ministros de 2 de dezembro de 2021	Aprovou o decreto-lei que aprova o Regime das Empresas de Investimento, que regula o acesso e a atividade dos prestadores de serviços de investimento, revendo e autonomizando os requisitos de acesso e de exercício da atividade das empresas de investimento.
Organismos de investimento coletivo e de valores mobiliários – Transposição de Diretivas Conselho de Ministros de 2 de dezembro de 2021	Aprovou um decreto-lei que transpõe duas Diretivas da União Europeia relativas à distribuição transfronteiriça de organismos de investimento coletivo e ao risco e fatores de sustentabilidade na gestão dos organismos de investimento coletivo de valores mobiliários (Diretiva n.º 2019/1160 e Diretiva Delegada n.º 2021/1270).

2. Seleção de Medidas Legislativas

Medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Assunto/Diploma	Descrição
Planos prestacionais de IVA, IRS e IRC – Regimes excecionais em 2022 Decreto-Lei n.º 125/2021 - Diário da República n.º 252/2021, Série I de 2021-12-30	Altera o regime de pagamento em prestações de tributos nas fases pré-executiva e executiva e aprova regimes excecionais de pagamento em prestações no ano de 2022.
PRR – «Empresas 4.0» Despacho n.º 12619/2021 - Diário da República n.º 249/2021, Série II de 2021-12-27	Constitui o Comité Coordenador para a componente do PRR denominada «Empresas 4.0».
Medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19 Decreto-Lei n.º 119-A/2021 - Diário da República n.º 246/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-22	Altera as medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
«Contrato emprego-inserção» (CEI) – «Contrato emprego-inserção+» (CEI+) – Incentivo	Procede à 5.ª alteração da Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de março, que criou a medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde e um regime extraordinário de majoração

Assunto/Diploma	Descrição
de emergência à substituição de trabalhadores ausentes Portaria n.º 314/2021 - Diário da República n.º 246/2021, Série I de 2021-12-22	das bolsas mensais dos «Contrato emprego-inserção» (CEI) e «Contrato emprego-inserção+» (CEI+), bem como um incentivo de emergência à substituição de trabalhadores ausentes ou temporariamente impedidos de trabalhar.
Benefício «IVAucher» Despacho n.º 12150/2021 - Diário da República n.º 241/2021, Série II de 2021-12-15	Procede-se à atualização automática do benefício «IVAucher» para consumidores que sejam sujeitos passivos de IVA ou sujeitos passivos da categoria B de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).
Garantias pessoais do Estado – Linha de Apoio à Economia COVID-19 – Linha de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Despacho n.º 12149/2021 - Diário da República n.º 241/2021, Série II de 2021-12-15	Autoriza a manutenção das garantias pessoais do Estado relativas à Linha de Apoio à Economia COVID-19 e à Linha de Apoio à Economia COVID-19 - Micro e Pequenas Empresas.
Linha de Apoio às Médias e Grandes Empresas do Turismo Despacho n.º 12148/2021-Diário da República n.º 241/2021, Série II de 2021-12-15	Concessão de uma garantia pessoal do Estado relativa à Linha de Apoio à Economia COVID-19 - Médias e Grandes Empresas do Turismo.
Centros Qualifica AP Despacho n.º 12126/2021 - Diário da República n.º 240/2021, Série II de 2021-12-14	Cria cinco Centros Qualifica AP, com vocação territorial, dando resposta às necessidades de qualificação de trabalhadores da administração central e local.
Estrutura de Missão «Recuperar Portugal» Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2021- Diário da República n.º 239/2021, Série I de 2021-12-13	Altera a Estrutura de Missão «Recuperar Portugal».
Regime da concorrência – Práticas individuais restritivas do comércio – Cláusulas contratuais gerais Decreto-Lei n.º 108/2021 - Diário da República n.º 236/2021, Série I de 2021-12-07	Altera o regime da concorrência, o regime das práticas individuais restritivas do comércio e o regime das cláusulas contratuais gerais.
Regime de teletrabalho – Código do Trabalho Lei n.º 83/2021- Diário da República n.º 235/2021, Série I de 2021-12-06	Modifica o regime de teletrabalho, alterando o Código do Trabalho e a Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.
Programa APOIAR – Acesso para empresas que continuem a trabalhar Resolução da Assembleia da República n.º 304/2021 - Diário da República n.º 233/2021, Série I de 2021-12-02	Recomenda ao Governo que adapte as condições de acesso ao Programa APOIAR para empresas que continuem a trabalhar.
Plano de Recuperação e Resiliência – Contratação excecional de trabalhadores Despacho n.º 11888-B/2021 - Diário da República n.º 232/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-11-30	Aprova o contingente de postos de trabalho com vista à abertura de procedimentos concursais para a contratação excecional de trabalhadores para a constituição de relações jurídicas de emprego a termo resolutivo certo ou incerto, pelo período máximo de execução dos respetivos projetos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

Outras Medidas

Assunto / Diploma	Sumário
Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2021 - Diário da República n.º 252/2021, Série I de 2021-12-30	Altera o Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem.
Orçamento RAM 2022 Decreto Legislativo Regional n.º 28-A/2021/M - Diário da República n.º	Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2022.

Assunto / Diploma

Sumário

252/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-30	
Economia do Mar – Fundo Azul Decreto-Lei n.º 123/2021 - Diário da República n.º 252/2021, Série I de 2021-12-30	Altera o Fundo Azul.
«Descarbonização da Indústria» – Sistema de Incentivos – PRR Portaria n.º 325-A/2021 – Diário da República n.º 251/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-29	Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos «Descarbonização da Indústria».
Programa de investimento público em investigação e desenvolvimento Resolução do Conselho de Ministros n.º 186/2021 - Diário da República n.º 251/2021, Série I de 2021-12-29	Aprova o programa de investimento público em investigação e desenvolvimento para 2021-2030.
TAP, S.A., da Portugalía, S.A. – Cateringpor, S.A. Resolução do Conselho de Ministros n.º 185/2021 - Diário da República n.º 251/2021, Série I de 2021-12-29	Renova a declaração da TAP, S. A., da Portugalía, S. A., e da Cateringpor, S. A., em situação económica difícil.
Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021 - Diário da República n.º 251/2021, Série I de 2021-12-29	Aprova a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030.
Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável - Horizonte 2025 Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2021 - Diário da República n.º 250/2021, Série I de 2021-12-28	Aprova o Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável - Horizonte 2025.
Fundos da União Europeia – Fiscalização da execução dos fundos Resolução da Assembleia da República n.º 360/2021 - Diário da República n.º 249/2021, Série I de 2021-12-27	Recomenda ao Governo que tome medidas de planeamento, gestão, controlo e fiscalização da execução de fundos da União Europeia atribuídos a Portugal.
Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026 Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2021 - Diário da República n.º 248/2021, Série I de 2021-12-24	Altera a Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026.
Condução de veículos movidos a combustíveis alternativos Decreto-Lei n.º 121/2021 – Diário da República n.º 248/2021, Série I de 2021-12-24	Completa a transposição da Diretiva (UE) 2018/645, no âmbito da condução de veículos movidos a combustíveis alternativos
Orçamento RAA 2022 Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A - Diário da República n.º 247/2021, Série I de 2021-12-23	Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022.
Estratégia Nacional Anticorrupção Lei n.º 94/2021 - Diário da República n.º 245/2021, Série I de 2021-12-21	Aprova medidas previstas na Estratégia Nacional Anticorrupção, alterando o Código Penal, o Código de Processo Penal e leis.
Declaração Mensal de Imposto do Selo Declaração de Retificação n.º 43/2021 - Diário da República n.º 244/2021, Série I de 2021-12-20	Retifica a Portaria n.º 245/2021, de 10 de novembro, que altera e republica o modelo oficial da Declaração Mensal de Imposto do Selo e respetivas instruções de preenchimento.

Assunto / Diploma

Sumário

Investimentos relativos ao alojamento de estudantes do ensino superior Portaria n.º 311-A/2021 - Diário da República n.º 244/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-20	Estabelece as condições específicas de financiamento dos empréstimos ao Estado no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência destinados a investimentos relativos ao alojamento de estudantes do ensino superior.
Pensão de velhice em 2023 Portaria n.º 307/2021 - Diário da República n.º 243/2021, Série I de 2021-12-17	Determina a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2023.
Domínio da Inclusão Social e Emprego Portaria n.º 305/2021 - Diário da República n.º 243/2021, Série I de 2021-12-17	Décima alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, aprovado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março.
Código do IRS Portaria n.º 303/2021 - Diário da República n.º 243/2021, Série I de 2021-12-17	Aprova os modelos de impressos destinados ao cumprimento da obrigação declarativa prevista no n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS e respetivas instruções de preenchimento.
Proteção social de desemprego Decreto-Lei n.º 119/2021 - Diário da República n.º 242/2021, Série I de 2021-12-16	Procede ao reforço da proteção social na eventualidade de desemprego.
Terminal de contentores de Alcântara – Bases de concessão do TCA Decreto-Lei n.º 117/2021 - Diário da República n.º 242/2021, Série I de 2021-12-16	Aprova as alterações às bases conformadoras do contrato de concessão do direito de exploração do terminal de contentores de Alcântara e autoriza a outorga de um aditamento ao referido contrato.
Atualização de pensões para 2022 Portaria n.º 301/2021 - Diário da República n.º 241/2021, Série I de 2021-12-15	Procede à atualização de pensões para 2022.
Mecanismo Europeu de Estabilidade Resolução da Assembleia da República n.º 319/2021- Diário da República n.º 240/2021, Série I de 2021-12-14	Aprova a alteração ao Tratado Que Cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade entre os Estados-Membros da União Económica e Monetária, feito em Bruxelas, em 27 de janeiro de 2021 e em 8 de fevereiro de 2021.
Indexante dos apoios sociais Portaria n.º 294/2021 - Diário da República n.º 239/2021, Série I de 2021-12-13	Procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS).
Transposição de Diretiva – Defesa dos Consumidores Decreto-Lei n.º 109-G/2021 - Diário da República n.º 238/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-10	Transpõe parcialmente a Diretiva (UE) 2019/2161, relativa à defesa dos consumidores.
Compensação financeira a atribuir à CP, E. P. E. Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2021 - Diário da República n.º 238/2021, Série I de 2021-12-10	Altera o valor máximo da compensação financeira a atribuir à CP - Comboios de Portugal, E. P. E.
Descarbonização da Indústria Despacho n.º 12047-A/2021 - Diário da República n.º 237/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-12-09	Constitui o Comité Coordenador para as iniciativas da Descarbonização da Indústria.
Mecanismo Nacional Anticorrupção – Regime geral de prevenção da corrupção Decreto-Lei n.º 109-E/2021 - Diário da República n.º 237/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-09	Cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção.
Registo online de representações permanentes de sociedades	Cria um regime de registo online de representações permanentes de sociedades com sede no estrangeiro e altera vários diplomas, transpondo parcialmente a Diretiva (UE) 2019/1151

Assunto / Diploma

Sumário

Decreto-Lei n.º 109-D/2021 - Diário da República n.º 237/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-09	
Compra de imóveis Decreto-Lei n.º 109-C/2021 - Diário da República n.º 237/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-09	Estabelece um modelo mais célere de compra de imóveis por parte do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.
Retribuição mínima mensal garantida – Medida excecional de compensação da RMMG Decreto-Lei n.º 109-B/2021 - Diário da República n.º 236/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-07	Aprova a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida e cria uma medida excecional de compensação.
Remunerações da Administração Pública – Base remuneratória da AP Decreto-Lei n.º 109-A/2021 - Diário da República n.º 236/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-07	Atualiza as remunerações da Administração Pública e aumenta a respetiva base remuneratória.
Turismo Decreto-Lei n.º 108/2021 - Diário da República n.º 236/2021, Série I de 2021-12-07	Altera o regime da concorrência, o regime das práticas individuais restritivas do comércio e o regime das cláusulas contratuais gerais.
Emprego Interior MAIS – Mobilidade Apoiada para Um Interior Sustentável Portaria n.º 283/2021 - Diário da República n.º 235/2021, Série I de 2021-12-06	Procede à primeira alteração da Portaria n.º 174/2020, de 17 de julho, que define a medida Emprego Interior MAIS - Mobilidade Apoiada para Um Interior Sustentável.
Código do Imposto Único de Circulação – Estatuto dos Benefícios Fiscais Lei n.º 84/2021 - Diário da República n.º 235/2021, Série I de 2021-12-06	Altera as taxas previstas no Código do Imposto Único de Circulação e prorroga as medidas de apoio ao transporte rodoviário previstas no Estatuto dos Benefícios Fiscais.
Concentração de empresas Regulamento n.º 993/2021 - Diário da República n.º 233/2021, Série II de 2021-12-02	Formulários de notificação de operações de concentração de empresas.
IRS – Tabelas de retenção na fonte para 2022 Despacho n.º 11943-A/2021 - Diário da República n.º 233/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-12-02	Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2022.
Declaração Modelo 10 - Rendimentos e Retenções – IRS – IRC Portaria n.º 278/2021 - Diário da República n.º 233/2021, Série I de 2021-12-02	Aprova a Declaração Modelo 10, Rendimentos e Retenções - Residentes, e respetivas instruções de preenchimento.